

Política de Proteção de Dados Pessoais

1. Introdução

No estrito cumprimento da recente legislação relativa à proteção de dados pessoais, bem como no respeito integral dos direitos de que os Clientes e outros interessados são titulares, em particular nesta matéria de dados pessoais, a aplicação do presente regulamento constitui uma prioridade para a **Pestis - Sociedade de Desinfecção e Desinfestação, Lda.**

Idêntica política de privacidade será também aplicável a outros titulares de dados pessoais que mantenham uma relação com a **Pestis - Sociedade de Desinfecção e Desinfestação, Lda.**, nomeadamente, Colaboradores ou Fornecedores, ou outras pessoas com quem, ainda que ocasionalmente, a **Pestis** possa interagir (visitantes do seu sítio de internet institucional), garantindo assim um elevado nível de proteção e respeito pelos respectivos direitos e dados pessoais.

Por esse motivo, a **Pestis** adotou um conjunto de medidas técnicas e organizacionais, tendo como objetivo garantir um elevado grau de proteção e respeito pela legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

A presente Política de Proteção de Dados Pessoais integra-se nesse esforço, aplicando-se, genericamente, ao tratamento de dados pessoais dos seus Clientes e de outras entidades com quem a **Pestis** interage no âmbito da sua atividade.

Esta Política de Proteção de Dados Pessoais destina-se, fundamentalmente, a prestar informação sobre a forma como a **Pestis** procede ao tratamento de dados pessoais, esclarecendo, simultaneamente, quais os direitos que os titulares dos dados possuem relativamente a esse mesmo tratamento, em conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016).

2. Responsável pelo tratamento de dados pessoais

PESTIS, Sociedade de Desinfeção e Desinfestação, Lda.
Rua do Campo Alegre, Centro Comercial do Campo Alegre, Loja nº 11
4150- 182 – Porto
Telefone (+351) 226164156
Correio electrónico: geral@pestis.pt

3. Finalidades e bases legais para o tratamento de dados pessoais

Para a finalidade de celebração e gestão contratual, o tratamento de dados é realizado com base legal de execução de um contrato. No caso de uma prestação de serviço pontual, o tratamento é realizado com base legal de consentimento do titular de dados pessoais. Quando se tratar de entidades públicas (ex: Segurança Social e Autoridade Tributária), o cumprimento das disposições legais subjacentes é realizado com base legal de obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento está sujeito.

4. Dados pessoais a recolher

Para a finalidades de celebração e gestão contratual, bem como no caso de prestação de serviço pontual, serão recolhidos, junto de representantes de clientes empresariais e clientes particulares, os seguintes dados pessoais: nome completo, NIF, morada, correio electrónico, e contacto telefónico.

Para a finalidade de cumprimento de disposições legais perante entidades públicas, serão recolhidos relativamente a funcionários os seguintes dados pessoais: nome completo, NIF, morada, contacto telefónico, data de nascimento, estado civil e nº de filhos,

5. Comunicação dos dados pessoais

Os respetivos dados pessoais poderão ainda ter que ser comunicados a determinadas entidades externas, tais como as Autoridades Policiais, Judicial e Tributária, para efeitos de cumprimento de obrigações legais, regulamentares, administrativas e judiciais, sempre dentro dos limites legalmente estabelecidos e no estrito cumprimento da lei.

6. Prazos de conservação

Os dados pessoais são mantidos pela **Pestis**, sendo esta responsável pelo tratamento dos mesmos, de acordo com a finalidade que justifica o seu tratamento, não os conservando após terem cessado os motivos que justificaram a sua recolha e posterior tratamento, salvo se essa conservação for imposta por lei.

Por regra, os dados pessoais são mantidos para efeitos de execução do contrato e durante a vigência do mesmo. Contudo, mesmo depois de terminada a relação contratual, poderá ser

necessário manter alguns dados pessoais, nomeadamente para demonstrar os termos da relação contratual, sempre no estrito cumprimento de obrigações legais, tendo em consideração que o prazo de prescrição das obrigações contratuais em Portugal é de 20 anos.

Geralmente, os Dados Pessoais serão conservados obedecendo aos seguintes critérios:

- Pelo tempo que seja necessário para cumprir com as finalidades estabelecidas acima no ponto 5;
- Pelo tempo que for exigido por lei, no caso de obrigação legal de conservação;
- Até solicitação de apagamento, nos casos em que tal seja legalmente possível.

7. Tratamento de dados de saúde

Os processos de diligências de celebração e execução do contrato, mormente em caso de medicina no trabalho, implicam o tratamento de dados de saúde. Assim acontece, em particular, no registo de ficha individual de saúde, em que no caso de sinistro ocorrem danos corporais. Em face da legislação em vigor, a partir de 25 de maio de 2018 (RGPD), considera-se o consentimento como o único fundamento para a licitude deste tipo de tratamento, uma vez que se trata de uma categoria especial de dados pessoais. Tudo isto sem prejuízo de poderem vir a ser invocados outros fundamentos de licitude, como sejam as obrigações legais, o exercício de direitos específicos do responsável pelo tratamento, ou do titular dos dados em matéria de legislação laboral, de segurança social e de proteção social, ou ainda:

- se o tratamento for necessário para proteger os interesses vitais do titular dos dados, ou de outra pessoa singular,
- no caso de o titular dos dados estar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento,
- se o tratamento for necessário à declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial, ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional;
- se o tratamento for necessário por motivos de interesse público,
- se o tratamento for necessário para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho.

8. Segurança dos dados pessoais

A **Pestis** adota as medidas técnicas e organizativas necessárias para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento, nomeadamente o risco de destruição, de perda e alteração acidental ou ilícita, divulgação ou acesso não autorizado de dados pessoais transmitidos, conservados ou de alguma outra forma sujeitos a tratamento.

9. Vigência e revisão da política

A presente Política de Proteção de Dados Pessoais entra em vigor no dia 25 de maio de 2018 e será revista anualmente. No entanto, poderá sofrer uma revisão dos seus termos e disposições sempre que ocorram circunstâncias relevantes como seja uma alteração legislativa, alterações

de procedimentos, ou a verificação superveniente da necessidade de clarificação de algum ponto específico.

As alterações resultantes dessas revisões entrarão em vigor no dia seguinte à sua divulgação, ficando de imediato disponíveis no sítio da **Pestis**.

Matosinhos, 20 de Maio de 2018.

A Gerência